

# O Património Privado e a Identidade Cultural

## Problemas e Soluções

Hugo O'Neill | Presidente da Associação Portuguesa de Casas Antigas | [geral@casasantigas.org](mailto:geral@casasantigas.org)

*O património construído privado, constituído pelas casas antigas, nobres e senhoriais, construídas e vividas ao longo dos nove séculos da nossa história, são um dos mais autênticos veículos para dar a conhecer a evolução da nossa forma de viver, dos problemas e soluções com que os nossos antepassados foram confrontados, do nosso sentido estético, e constituem, portanto, um excepcional modelo tangível da nossa identidade cultural.*

**E**stas construções foram servindo vários propósitos, desde locais de refúgio e segurança no período da reconquista, a centros urbanos onde se projectou a epopeia marítima, a casas de campo, de onde era gerida a actividade rural das famílias que, a par do clero, lideraram a construção da nação.

No século XIX, com o fim dos vínculos familiares e com a adopção do Código de Napoleão como regime para a transmissão patrimonial, levando à divisão por cada herdeiro de partes do património que antes se mantinha unido, acabou a função destas casas como centro de administração do património familiar, e por consequência a origem de fundos para a sua manutenção. A divisão de cada casa por um número crescente de pessoas com relações familiares progressivamente mais afastadas e a incapacidade de acolher todos os proprietários, levou à alienação e ao abandono de muito deste património.

Para que estas casas continuem a ser a memória tangível da nossa identidade cultural é necessário que cada uma possa gerar os recursos necessários para assegurar a sua



1



2

1 | Paço de Bertíandos, Ponte de Lima.

2 | Quinta das Torres, Azeitão.

3 | Palácio Fronteira, Benfica.

4 | Ruína, Quinta das Águias. Lisboa.

“

**Para que estas casas continuem a ser a memória tangível da nossa identidade cultural é necessário que cada uma possa gerar os recursos necessários para assegurar a sua manutenção através da sua abertura a terceiros nas várias modalidades possíveis, mas tendo sempre como objectivo contar a história da família e revelar a evolução da maneira de viver e do gosto, ao longo das várias gerações dos seus ocupantes.**

”



3



**FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017**  
Intervenção de Hugo O'Neill  
(Associação Portuguesa de Casas Antigas) I



**FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017**  
Intervenção de Hugo O'Neill  
(Associação Portuguesa de Casas Antigas) II



4

manutenção através da sua abertura a terceiros nas várias modalidades possíveis, mas tendo sempre como objectivo contar a história da família e revelar a evolução da maneira de viver e do gosto, ao longo das várias gerações dos seus ocupantes.

Ao abrir as suas casas para tal efeito, com sacrifício da sua privacidade e subordinando a gestão das suas finanças à salvaguarda dos valores e tradições das suas famílias, os proprietários estão indiscutivelmente a investir para preservação de um bem comum e devem, portanto, ser compensados pelo Estado, por exemplo, através do acesso a fundos disponibilizados para esse fim e de um regime fiscal que os compense do acréscimo de custos em que para tal incorrem.

As ONG podem desempenhar um papel muito importante na montagem deste regime pela sua colaboração, por exemplo: no levantamento do património existente; na recuperação da memória da influência de cada casa na história do sítio ou da região; na recuperação e na garantia de utilização dos antigos métodos de manutenção e de reabilitação; no acolhimento que possam dar aos novos visitantes. Podem também tirar benefícios dessa colaboração, pela disponibilidade por parte dos proprietários em facilitar um uso do espaço como ponto de encontro ocasional para as suas actividades e pelo partido que possam tirar da montagem de serviços e actividades que contribuam para a melhoria da economia local.

O problema de conciliar a disponibilização da propriedade privada para usufruto do bem comum é tanto um problema português como europeu e, necessita de ser posto em evidência, para que no próximo ano os decisores nacionais e supranacionais o compreendam e aceitem a busca de soluções para assegurar a sua reabilitação.

Convidámos Sneška Quaedvlieg Mihailovic, a Secretária Geral da Europa Nostra, a instituição de maior prestígio e a mais activa na salvaguarda deste património, para nos falar da cada vez mais reconhecida importância que o património construído tem para a formação da identidade cultural europeia, da forma como os políticos europeus olham para este tema e, em especial, das medidas que estão sendo equacionadas para que 2018, Ano Europeu do Património, seja um ponto de viragem nesta matéria. ■

\* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.